

**AMANDA JALES MARTINS**

Prefácio por

*Reynaldo Soares da Fonseca*

*Ministro do STJ*

Apresentação por

*Gustavo Badaró*

# **DIREITO AO ESQUECIMENTO**



**NO ÂMBITO DA CRIMINALIDADE  
ECONÔMICA SOB O ENFOQUE  
DA PESSOA JURÍDICA**



Copyright © 2019, D'Plácido Editora.  
Copyright © 2019, Amanda Jales Martins.

**Editor Chefe**  
Plácido Arraes

**Produtor Editorial**  
Tales Leon de Marco

**Capa, projeto gráfico**  
Letícia Robini  
(Imagem por tigerlily713, via Pixabay)

**Diagramação**  
Letícia Robini

**Editora D'Plácido**  
Av. Brasil, 1843, Savassi  
Belo Horizonte – MG  
Tel.: 31 3261 2801  
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.  
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,  
por quaisquer meios, sem a autorização prévia  
do Grupo D'Plácido.

1163994

**Catálogo na Publicação (CIP)**  
**Ficha catalográfica**

MARTINS, Amanda Jales.

Direito ao esquecimento no âmbito da criminalidade econômica sob o enfoque da pessoa jurídica — Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.

138 p.

ISBN: 978-65-80444-50-2

1. Direito. 2. Direito Penal. I. Título.

CDD341.5

CDU343

GRUPO  
D'PLÁCIDO



\*  
Rodapé



---

# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	<b>9</b>
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>19</b>
<b>2. DA ORDEM ECONÔMICA E DE SUA TUTELA PELO DIREITO PENAL</b> .....	<b>21</b>
2.1. A evolução da intervenção penal na economia.....	21
2.2. A ordem econômica.....	24
2.3. Os mecanismos de intervenção estatal na economia: o Direito Penal Econômico e o Direito Administrativo Sancionador.....	29
2.4. A ordem econômica como bem jurídico-penal: rumo à supraindividualidade.....	37
<b>3. A QUESTÃO DA PESSOA JURÍDICA CRIMINOSA</b> .....	<b>41</b>
3.1. A pessoa jurídica e a definição de seus direitos e obrigações.....	41

3.2. A colocação do problema em termos político-criminais: a (in) conveniência da responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	47
3.3. As análises (e as dificuldades) dogmáticas da responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	55
3.4. Uma constatação crítica: o recebimento da responsabilidade penal da pessoa jurídica no ordenamento brasileiro.....	59
3.5. Mecanismo extrapenal de responsabilização da pessoa jurídica.....	63
<b>4. O DIREITO AO ESQUECIMENTO: CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....</b>	<b>73</b>
<b>5. O DIREITO À MEMÓRIA COMO CONTRA-ARGUMENTO.....</b>	<b>81</b>
<b>6. O PROCESSO PENAL, A MÍDIA E A NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO.....</b>	<b>87</b>
6.1. O processo penal.....	87
6.2. A publicidade processual: sua importância, finalidade e limites.....	92
6.3. O papel da mídia na divulgação de informações.....	97
<b>7. A PONDERAÇÃO CONSTITUCIONAL: É POSSÍVEL CONCILIAR O DIREITO AO ESQUECIMENTO E O DIREITO À MEMÓRIA, FACE A PUBLICIDADE PROCESSUAL PENAL PELA IMPRENSA?.....</b>	<b>105</b>

<b>8. DIREITO AO ESQUECIMENTO DE QUEM? O POSICIONAMENTO DA PESSOA JURÍDICA NESSE DEBATE.....</b>	<b>111</b>
<b>9. CONCLUSÃO.....</b>	<b>121</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>125</b>